



Justiça Federal da 1ª Região
Varas e Juizados (1º grau)
Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **1024895-51.2025.4.01.3400**
Órgão julgador: **7ª Vara Federal Cível da SJDF**
Jurisdição: Seção Judiciária do Distrito Federal
Classe: AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)
Assunto principal: Comunicação Social
Valor da causa: R\$ 1.000,00
Medida de urgência: Sim
Partes: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (33.583.550/0001-30)
CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA (60.984.473/0001-00)

Audiência

Documentos protocolados	Tipo	Tamanho (KB)
Certidão	Certidão	23,42
Publicação no site do Conselho de Farmácia em 20-02-2025.pdf	Documento Comprobatório	1623,62
Sentença da 17ª VFC- SJDF - Ilegalidade e Inconstitucionalidade da Resolução CFF nº 586-2013.pdf	Documento Comprobatório	156,40
Resolução CFF nº 5-2025 - Prescrição de Medicamentos Tarjados por Farmacêuticos.pdf	Documento Comprobatório	207,27
Publicação no DOU Seção 1 de 17-03-2025 - Resolução CFF nº 5-2025.pdf	Documento Comprobatório	183,71
Inscrição no CNPJ do Conselho Federal de Farmácia - CFF.pdf	Comprovante de situação cadastral no CNPJ	107,30
Procuração CFM - 2024.pdf	Procuração	356,02
Regimento Interno CFM - 2022.pdf	Documento de Identificação	274,54
Ata de Posse da Diretoria do CFM - 2024.pdf	Documento de Identificação	1755,71
Inscrição no CNPJ do CFM.pdf	Comprovante de situação cadastral no CNPJ	133,17
Petição Inicial - ACP - Anulatória de Resolução CFF n. 5-2025 - Ilegalidades.pdf	Petição inicial	569,65

Assuntos

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) /
Garantias Constitucionais (9986) / Comunicação Social (11845)

Lei

TESTEMUNHA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

TESTEMUNHA

CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA

Distribuído em: 20/03/2025 15:15

Protocolado por: JOSE FRANCISCO DE ARAUJO



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOURA(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ____ª
VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.**

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM, Autarquia Federal, instituída pelo Decreto-lei nº 7.955/1945, e Lei nº 3.268/1957, alterada pela Lei nº 11.000/2004, regulamentada nos Decretos nº 44.045/1958 e 10.911/2021, CNPJ n.º 33.583.550/0001-30, com sede no SGAS 616 Conjunto D Lote 115, Asa Sul, Brasília/DF – CEP. 70200-760, neste ato por intermédio de seus procuradores ao final subscritores, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento na Lei nº 7.347/1985, para propor a presente

ACÇÃO CÍVEL PÚBLICA
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face do **CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF**, Autarquia Federal, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 60.984.473/0001-00, com sede na Área Especial SHIS QI 15 Lote L – Lago Sul – Brasília/DF, CEP. 71635-615, Telefones (61) 3878-8734 e 3878-8735, e-mail: presidencia@cff.org.br, ante as razões de fato e de direito a seguir expostos:

1 – DA PREVENÇÃO - MM. JUÍZO FEDERAL DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF

Inicialmente, assinala-se que nesta demanda há identidade quanto às partes, Conselho Federal de Medicina – CFM em face do Conselho Federal e Farmácia – CFF, assim como se tem a mesma causa de pedir, alusiva à declaração de nulidade de ato normativo do Conselho Federal de Farmácia – CFF, resultante de manifesta violação à Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), a qual estabelece os atos privativos a serem realizados por profissionais da medicina, conforme consta nos autos da ACP nº. 0060624-78.2013.4.01.3400.

Na espécie, tem-se **indisfarçável propósito do Conselho Federal de Farmácia - CFF em subverter a ordem jurídica para manter vigente o conteúdo material da sua Resolução CFF nº 586/2013, que foi declarada ilegal** em sentença na citada Ação Civil Pública. Para tanto, o Conselho de Farmácia editou novo ato (Resolução CFF nº 5/2025), que tem a mesma teleologia do normativo declarado ilegal, que, além de idênticas finalidades, também amplia, ilegalmente, as atribuições conferidas aos farmacêuticos, com expressivo potencial para resultar perpetrado o exercício ilegal de medicina, **em manifesto prejuízo aos direito e interesses coletivos à saúde pública da população brasileira.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Desse modo, revela-se adequado e necessário que seja reconhecida a prevenção do MM. Juízo da 17ª Vara Federal Civil da Seção Judiciária do Distrito Federal, para julgar a causa, inclusive apreciar e decidir sobre o pedido de tutela de urgência, que segue adiante articulado em tópico específico a essa pretensão liminar.

2 – DOS FATOS

Curiosamente, **em menos de quatro meses após a prolação da sentença** pelo MM. Juízo Federal da 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, datada de **18/11/2024**, nos autos da **Ação Civil Pública nº. 0060624-78.2013.4.01.3400**, **em que resultou julgado procedente o pedido do Conselho Federal de Medicina – CFM**, e **declarada ilegalidade da Resolução CFF nº 586/2013** (do Conselho Federal de Farmácia), a qual **autorizava a prescrição de medicamentos por farmacêuticos, seja com ou sem prévia prescrição médica**, agora em **27/02/2025** o mesmo Conselho de Farmácia (CFF) deliberou e publicou no DOU, Seção 1 de **17/03/2025**, a **Resolução CFF n.º 5/2025**, com análoga matéria, autorizando o farmacêutico a **prescrever medicamentos, incluindo os de venda sob prescrição médica, além de autorizar outros procedimentos médicos**.

Com efeito, a Resolução nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, **publicada no DOU em 17/03/2025**, conforme consta anexa, além de violação à Lei nº 12.842/2013, também **evidencia descarada tentativa de burlar a citada decisão judicial**, em espúria e **fajuta pretensão de "backlash"** (reação política contrária à atuação judicial), pois, conquanto sujeita a recurso a sentença proferida na referida Ação Civil Pública, o Réu (CFF) deliberou de sobrepor o conteúdo material da sua Resolução CFF nº 586/2013 (**ilegal**) com similar redação, e mais expressiva ampliação, em violação à Lei do Ato Médico, como também atentatória à saúde pública (e privada) a que se sujeitam todas as pessoas viventes no Brasil.

De fato, a **Resolução nº 586/2013** do Conselho Federal de Farmácia – CFF, **declarada ilegal na sentença** proferida pelo MM. Juízo da 17ª Vara Federal Cível da SJDF, em seus artigos 3º a 8º, **estabelece prescrição de medicamentos por farmacêuticos**, no que resulta manifesta violação ao disposto na Lei nº 12.842/2013, **sobretudo no que concerne aos artigos 5º e 6º da indigitada Resolução CFF nº 586/2013**, os quais dispunham (**ilegalmente**) que:

*Art. 5º - **O farmacêutico poderá realizar a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exija prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais - alopáticos ou dinamizados -, plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que venham a ser aprovadas pelo órgão sanitário federal para prescrição do farmacêutico.***

(...)





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Art. 6º - **O farmacêutico poderá prescrever medicamentos cuja dispensação exija prescrição médica, desde que condicionado à existência de diagnóstico prévio e apenas quando estiver previsto em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas, aprovados para uso no âmbito de instituições de saúde ou quando da formalização de acordos de colaboração com outros prescritores ou instituições de saúde.**

§ 1º - **Para o exercício deste ato será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista ou de especialista profissional farmacêutico na área clínica, com comprovação de formação que inclua conhecimentos e habilidades em boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, farmacologia clínica e terapêutica.**

§ 2º - **Para a prescrição de medicamentos dinamizados será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista em Homeopatia ou Antroposofia.**

§ 3º - **É vedado ao farmacêutico modificar a prescrição de medicamentos do paciente, emitida por outro prescritor, salvo quando previsto em acordo de colaboração, sendo que, neste caso, a modificação, acompanhada da justificativa correspondente, deverá ser comunicada ao outro prescritor.**

E agora, em 17/03/2025, com a publicação da novel Resolução nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, tem-se essas mesmas normas acima transcritas com redação similar e também ampliativa, além do alargamento de atribuições ilegalmente conferidas a farmacêuticos, como se observa dos textos dos dispositivos a seguir destacados:

Art. 3º - *Para estabelecer o perfil farmacoterapêutico do paciente, o farmacêutico está autorizado a:*

I - **prescrever medicamentos, incluindo os de venda sob prescrição;**

II - **renovar prescrições previamente emitidas por outros profissionais de saúde legalmente habilitados;**

III - **prescrever medicamentos em atendimento à pessoa sob risco de morte iminente.**

§ 1º - **Os medicamentos categorizados sob prescrição somente poderão ser prescritos pelo farmacêutico que possua Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Farmácia Clínica.**

I - **Excetua-se a obrigatoriedade de RQE em Farmácia Clínica para prescrição de medicamentos categorizados sob prescrição quando contemplado em programas e normas governamentais no âmbito do Sistema Único Saúde ou resoluções específicas do Conselho Federal de Farmácia.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

II - Para os casos descritos no inciso I deste artigo, será necessário registro profissional conforme regulamentação específica.

§ 2º - O Conselho Federal de Farmácia **poderá estabelecer, a seu critério, protocolos, diretrizes e listas de medicamentos sob prescrição para cada Registro de Qualificação de Especialista (RQE) e/ou suas subespecialidades.**

§ 3º - O farmacêutico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Farmácia Estética ou Tricologia somente poderá prescrever medicamentos e produtos com finalidade específica para sua área de atuação, **incluindo os de venda sob prescrição.**

§ 4º - **Não é necessário Registro de Qualificação de Especialista (RQE) para prescrever medicamentos em atendimento à pessoa sob risco de morte iminente.**

Art. 4º - No âmbito da atividade clínica do farmacêutico, a ficha farmacoterapêutica o paciente poderá ser composta por:

I. Coleta de dados:

a) *Dados coletados por meio da anamnese farmacêutica, incluindo perfil do paciente, história clínica, história farmacoterapêutica, história familiar, história social;*

b) ***Exame físico com a verificação dos sinais e sintomas;***

c) ***Realização, solicitação, interpretação ou verificação de exames para avaliação da efetividade do tratamento e a segurança do paciente.***

II. Avaliação:

a) ***Avaliação de problemas no processo de uso de medicamentos, incluindo a prescrição, dispensação, administração e adesão, qualidade do medicamento e monitorização;***

b) ***Avaliação de problemas nos resultados terapêuticos, incluindo inefetividade, reações adversas a medicamentos e intoxicações medicamentosas, com análise de parâmetros e metas terapêuticas.***

III. Plano de cuidado:

a) ***Intervenções em saúde, incluindo aconselhamento e orientação ao paciente, solicitação de exames laboratoriais, monitoramento laboratorial, não laboratorial ou automonitoramento, encaminhamentos para outros profissionais e serviços, provisão de materiais ao paciente;***

b) ***Prescrições de tratamentos farmacológicos, não farmacológicas*** ou encaminhamentos;

c) *Registros em prontuário do paciente ou documento equivalente.*

IV. Acompanhamento:





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

a) **Acompanhamento de resultados, desfechos em saúde e qualidade de vida dos pacientes.**

Art. 5º - **O farmacêutico, por atribuição legal, é o profissional especialista em medicamentos, responsável por todo o ciclo que envolve esses produtos e serviços relacionados – desde a pesquisa e desenvolvimento, passando pela garantia de acesso, uso racional, até a orientação e o acompanhamento de pacientes nos processos de promoção, prevenção, recuperação, reabilitação e manejo de condições de saúde.**

Art. 6º - **O farmacêutico está apto a prover serviços clínicos e intervir em benefício da saúde dos cidadãos e de grupos populacionais, promovendo saúde baseada em evidências, a segurança, a efetividade e a adesão às terapias.**

Art. 7º - **Compete ao farmacêutico, com responsabilidade e autonomia técnico-científica:**

I - Realizar consulta farmacêutica, de forma presencial ou por telefarmácia;

II - **Conduzir o processo semiológico, com os objetivos de:**

a) **Rastrear, identificar e avaliar as necessidades do paciente para tomada de decisões e condutas clínicas;**

b) **Avaliar a necessidade, adesão, efetividade e segurança da farmacoterapia, bem como assegurar o cumprimento das recomendações atualizadas de saúde, baseadas em evidências científicas, e no uso racional de medicamentos;**

(...)

d) **Realizar manejo de possíveis intercorrências relativas aos procedimentos terapêuticos ou intervenções em saúde;**

e) **Realizar o manejo de problemas de saúde autolimitados;**

f) **Realizar o manejo de condições crônicas de saúde;**

g) **Realizar o manejo inicial de urgências e emergências, com posterior encaminhamento a serviços de saúde adequados.**

III - **São atribuições do farmacêutico no processo semiológico:**

a) **Realizar a anamnese farmacêutica, contemplando as estratégias de comunicação verbal e não verbal;**

b) **Identificar o uso atual e prévio de medicamentos, incluindo medicamentos sob prescrição, isentos de prescrição, suplementos alimentares, plantas medicinais e outras práticas integrativas e complementares, automedicação, vacinas, bem como hábitos de vida a fim de identificar e manejar possíveis problemas da farmacoterapia;**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- c) ***Avaliação de sinais e sintomas;***
- d) ***O exame físico e mental para rastreamento e acompanhamento em saúde;***
- e) ***Avaliar o estado clínico atual de cada condição de saúde;***
- f) ***Solicitar, realizar e interpretar exames laboratoriais, testes rápidos, testes laboratoriais remotos, contribuindo para o rastreamento em saúde, monitoramento farmacoterapêutico e a tomada de decisões clínicas fundamentadas;***
- g) ***Elaborar, participar e implementar planos de cuidado, específicos para cada paciente;***
- IV - ***Na terapêutica, cabe ao farmacêutico:***
- a) ***Prescrever, adicionar, substituir, interromper e administrar medicamentos, nas diferentes formas farmacêuticas e vias de administração, suplementos alimentares e plantas medicinais;***
- b) ***Se recusar a dispensar, executar ou autorizar prescrições ilegíveis, que contenham erros de qualquer tipo, ou que estejam fora do preconizado por evidências científicas e sem justificativa plausível documentada emitida pelo profissional prescriptor, os quais possam colocar em risco a saúde e a vida do cidadão;***
- c) ***Suspender medicamentos que estejam colocando ou potencialmente colocando em risco a vida do paciente;***
- d) ***Prescrever e administrar medicamentos e outras terapias no atendimento a pacientes sob risco de morte iminente;***
- e) ***Prescrever e administrar medicamentos no atendimento à intercorrências relativas às intervenções terapêuticas ou intervenções em saúde;***
- (...)
- g) ***Prescrever e realizar procedimentos terapêuticos e intervenções em saúde, de acordo com as áreas de atuação regulamentadas pelo conselho;***
- h) ***Selecionar e utilizar dispositivos em saúde (máquinas, insumos, equipamentos etc.) usados em procedimentos em saúde, devidamente regularizados pelas autoridades sanitárias.***

Essa Resolução n.º 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, nova, publicada no dia 27/02/2025 também **revela violação** ao processo legislativo ao **atribuir competências aos farmacêuticos para prescreverem medicamentos**, inclusive prescrição dos chamados "**medicamentos tarjados**", e a **executarem diversas atividades** para as quais não têm os conhecimentos acadêmicos técnicos médicos, e cuja **Lei nº 12.842/2013 determina ser ato privativo dos profissionais da medicina**, evidenciando situação fática **apta a gerar graves prejuízos à saúde pública do país e à sociedade como um todo**, mormente diante da profusão de novos estabelecimentos de venda de medicamentos em todo o Brasil.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Portanto, nesta Ação Civil Pública o Conselho Federal de Medicina - CFM busca a tutela jurisdicional, inclusive de urgência, para impedir que o Conselho Federal de Farmácia - CFF, por meio da sua Resolução CFF n.º 5/2025, promova inovação jurídica para autorizar o farmacêutico a **prescrever medicamentos**, incluindo os de venda sob prescrição médica, (*medicamentos tarjados*), além do autorizar o **exercício ilegal da medicina**, conforme se constata dos textos dos dispositivos acima transcritos, em manifesta violação ao disposto na Lei nº 12.842/2013, que estabelece os atos privativos dos profissionais de medicina.

3 – DO DIREITO

3.1 – DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO

Conforme disposto no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Portanto, a competência da Justiça Federal será definida em razão das pessoas que figuram no processo. Desse modo, como o Conselho Federal de Medicina é pessoa jurídica de direito público da Administração indireta federal, compondo-se no gênero Autarquia Regulatória do exercício da profissão, resta demonstrado que a Justiça Comum da União tem competência para apreciar a presente ação.

3.2 - DA LEGITIMIDADE ATIVA

Primeiramente, é importante assinalar que o Conselho Federal de Medicina é uma Autarquia Federal que tem a competência para fiscalizar o exercício técnico, moral e ético dos profissionais de medicina, bem como para zelar pela saúde da população, em consonância com o disposto no artigo 196 da Constituição Federal.

Com efeito, da leitura da própria Lei nº 3.268/1957, que é a instituidora dos Conselhos de Medicina, é possível concluir que:

“Art. 2º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Ademais, o artigo 7º, e seu parágrafo único, da Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), dispõem que:

Art. 7º Compreende-se entre as competências do Conselho Federal de Medicina editar normas para definir o caráter experimental de procedimentos em Medicina, autorizando ou vedando a sua prática pelos médicos.

Parágrafo único. A competência fiscalizadora dos Conselhos Regionais de Medicina abrange a fiscalização e o controle dos procedimentos especificados no caput, bem como a aplicação das sanções pertinentes em caso de inobservância das normas determinadas pelo Conselho Federal.

Nesta sequência lógica-jurídica, e, considerando a sua competência institucional de zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam, decerto que o Conselho Federal de Medicina – CFM tem legitimidade processual para buscar a suspensão imediata dos efeitos produzidos pela Resolução CFF n.º 5/2025, tendo em vista **que tal norma infralegal permite que profissionais farmacêuticos atuem e desenvolvam determinadas competências legais atribuídas apenas à classe médica, o que caracteriza, em tese, em verdadeiro exercício ilegal da profissão médica.**

Cabe destacar, também, a jurisprudência advinda do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA – CONSELHO DE MEDICINA – REGISTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICA – "MEDICINA ESTÉTICA" – PODER REGULAMENTAR E FISCALIZATÓRIO. (...)

2. O Conselho de Medicina funciona como órgão delegado do Poder Público para tratar das questões envolvendo a saúde pública e as atividades dos profissionais médicos. Precedente do STF.

(REsp 1.038.260-ES, RECURSO ESPECIAL, 2008/0052647-3, Ministra Relator ELIANA CALMON, DJe 10/02/2010).

É dentro deste contexto, de preservar e resguardar interesses coletivos da sociedade (saúde), que o Autor (CFM) busca o Poder Judiciário a fim de impedir que a saúde da população seja prejudicada ou ameaçada e que o Réu (CFF), autorize que os farmacêuticos exerçam atividades ilegais, **permitindo-os a prescrevem medicamentos, inclusive aqueles que exigem prescrição médica (tarjados), assim como a executarem outras tantas atividades privativas de médicos(as)**, em violação à Lei nº 12.842/2013, e sem que para tanto os farmacêuticos tenham formação acadêmica e preparo técnico específico para identificação de doenças e à determinação de tratamentos eficazes.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Portanto, afigura-se que o CFM é parte legítima para propor a presente Ação Civil Pública, porquanto fundamentado no artigo 5º, inciso IV, da Lei nº. 7.347/1985, *verbis*:

Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

(...)

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

Além disso, analisando a conceituação legal (artigo 81, parágrafo único, I e II, da Lei nº 8.078/1990), sem embargo de visões contrárias, é possível afirmar que estamos diante de interesses coletivos em sentido estrito, pois segundo a norma legal "*foram conceituados como os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base*" (José dos Santos Carvalho Filho, pág. 28).

Assim, o Conselho Federal de Medicina, por ser Autarquia Federal, disciplinadora da profissão médica, não pode quedar-se inerte com a afronta da Carta Magna e à Legislação brasileira que o Réu está promovendo, principalmente porque a Resolução CFF n.º 5/2025 inova na ordem jurídica com severos danos à saúde da população brasileira.

3.3. – DA PONDERAÇÃO ENTRE A REGRA CONSTITUCIONAL DO LIVRE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO EM DETRIMENTO DA AUTO-REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL SEM PREVISÃO DE LEI EM SENTIDO FORMAL

Conforme se passa a expor, a edição da Resolução n.º 5/2025 pelo Conselho Federal de Farmácia, ora Réu, traduz situação fática e jurídica de nítida violação da Constituição da República, no que expressamente prevê em seu artigo 5º, inciso XIII, o direito ao livre exercício profissional, dispondo que:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Sabe-se que a consagração da liberdade de trabalho ou profissão nas constituições liberais implicou na ruptura com o modelo medieval das corporações de ofícios, conduzindo à extinção dos denominados por Pontes de Miranda "privilégios de profissão" e das próprias corporações.

O direito à liberdade de trabalho, ofício ou profissão, consagrado na Carta Magna de 1988 deve ser compreendido como direito fundamental de personalidade, derivação que é da dignidade da pessoa humana, concebido com a finalidade de permitir a plena realização do sujeito, como indivíduo e como cidadão.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Todavia, o disposto no inciso XIII do artigo 5º da Constituição da República contempla hipótese de **reserva legal qualificada**, pois o próprio texto constitucional impõe limitação de conteúdo ao legislador no exercício da competência que lhe confere. **A restrição ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, portanto, se realizará em face das "qualificações profissionais que a lei estabelecer."**

Dessa forma, a locução "**qualificações profissionais**" há de ser **compreendida como: (i)** pressupostos subjetivos relacionados à capacitação técnica, científica, moral ou física; **(ii)** pertinentes com a função a ser desempenhada; **(iii)** amparadas no interesse público ou social e **(iv)** que atendam a critérios racionais e proporcionais.

Tal sentido e abrangência foi afirmado pelo STF no RE 591.511, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/11/2009, com a expressa ressalva de que "**as restrições legais à liberdade de exercício profissional somente podem ser levadas a efeito no tocante às qualificações profissionais**", e que "**a restrição legal desproporcional e que viola o conteúdo essencial da liberdade deve ser declarada inconstitucional.**"

No presente caso, a Resolução CFF n.º 5/2025 estabelece por meio de tal ato normativo secundário, diversas competências ao profissional farmacêutico **que somente a lei, ou qualquer outro ato normativo com força de lei, poderia prever.**

Verifica-se, pois, que o procedimento de análise de doenças e tratamentos de enfermos passa por diversas fases, figurando a prescrição medicamentosa como *ultima ratio* no processo de eliminação da doença. Dessa forma, como será possível inferir a capacitação técnica e científica do farmacêutico para prescrever medicamentos, inclusive tarjados, além **do exercício (ilegal) de todas demais atividades privativas de médicos**, constitui-se prática inconstitucional e ilegal, porque irrefutável que **os farmacêuticos não têm atribuição legal nem preparação técnica médica para identificar doenças, definir tratamentos e medidas para reestabelecer a saúde de pessoas acometidas das mais diversas doenças.**

Tal situação, como se demonstra, é claramente causadora de danos à coletividade, podendo gerar prejuízos irremediáveis à saúde pública brasileira.

Não menos por isso é que o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal estabelece limites ao legislador no campo de restrição ao direito fundamental que contempla. **Por isso tem afirmado a jurisprudência do STF que as qualificações profissionais (meio) devem ser exigidas daquelas profissões que possam trazer perigo de dano à coletividade ou prejuízos diretos à direitos de terceiros (fim), estando a prescrição de medicamentos, incluídos os tarjados, além das demais atividades médicas, abrangidos pela inteligência subjacente a essa norma constitucional.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Sabe-se que assim como a medicina, a farmacologia está incluída dentre as profissões que potencialmente podem trazer perigo de dano irreparável aos cidadãos, e é justamente com base nisso, que o Conselho Federal de Medicina entendeu de impugnar por meio desta Ação Civil Pública os termos dispostos na Resolução CFF n.º 5/2025, a qual cria supostas competências aos profissionais farmacêuticos, conquanto destituídas de qualquer previsão legal e fora da realidade, expondo a população brasileira aos males decorrentes de prescrições de medicamentos, assim como em manifesto exercício ilegal da medicina por profissionais que não têm o conhecimento técnico-científico para tal *mister*.

Logo, o ato normativo editado pelo Conselho Federal de Farmácia desbordou dos limites de sua função regulamentar, **criando atribuição não prevista em lei formal**, para a qual a edição da Resolução CFF n.º 5/2025 é imprescindível para atribuir a possibilidade de exercer atividade potencialmente lesiva à saúde da população, afrontando, assim, formal e materialmente, a disciplina constitucional e legal pertinente à matéria.

3.4 – DO VÍCIO FORMAL POR EXTRAVASAMENTO DO PODER REGULAMENTAR E A IMPERTINÊNCIA DA TEORIA DOS PODERES IMPLÍCITOS

Denota-se relevante iniciar este ponto ao argumento de que o exercício do Poder Regulamentar é uma decorrência que deve ter origem na Lei que o autorize, não podendo o Poder Público, ao exercê-lo, desbordar dos limites materiais e formais impostos pelas normas de maior hierarquia. Com efeito, é o ordenamento jurídico um sistema escalonado de normas, em que as inferiores devem guardar respeito àquelas que lhes são superiores.

Sobre o tema, vale registrar que o poder de expedir resoluções, conferido pelo ordenamento jurídico ao Réu, encontra-se na **Lei Federal n.º. 3.820/1960**, a qual confere poderes ao Conselho Federal de Farmácia para disciplinar a atuação ética dos profissionais farmacêuticos. **Porém, ao expedir a Resolução CFF n.º 5/2025, o Réu exerceu atividade normativa que exorbita dos limites** que lhes foram atribuídos pela citada Lei.

Note-se que as normas dispostas na Resolução CFF n.º 5/2025, aqui impugnada, extravasam as matérias afetas à disciplina ética do exercício profissional do farmacêutico, notadamente por transcenderem a relação médico-paciente. O tema subjacente à aludida regulamentação certamente tem repercussões no âmbito das regulações trabalhistas, pois institui competências a uma determinada classe profissional no que se refere à proteção à saúde e à defesa do consumidor, assuntos estes que escapam ao poder de normatização do Conselho Federal de Farmácia (Réu).





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Não sem razão, sabe-se que é do Congresso Nacional o ambiente democrático adequado para se discutir a atribuição do poder de prescrever medicamentos pelos profissionais farmacêuticos, conforme disposto no artigo 49, *caput*, da Constituição da República, a qual outorga ao Poder Legislativo federal "*dispor sobre todas as matérias de competência da União*", dentre as quais se incluem os direitos trabalhistas, bem como a definição de normas gerais em relação à saúde e à proteção ao consumo.

Impertinente, pois, qualquer amparo à teoria dos poderes implícitos, a fim de justificar aludido extravasamento do Poder Regulamentar pelo Conselho de Farmácia. O ato de se valer de fundamentos não expressos em normas de maior hierarquia, longe de legitimar as ilicitudes ora vergastadas, revela-se sintomático da notória inexistência de fundamentos jurídicos, expressos ou tácitos, que confirmam validade à indigitada e ilegítima Resolução CFF n.º 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia.

Reitere-se, por oportuno, que não existe norma, constitucional nem legal, que atribua ao Réu (CFF) competências para normatizar as atividades dos farmacêuticos, e assim, autorizar a prescrição de medicamentos e a prática das demais atividades privativas dos profissionais de medicina, tal como previstos na Lei nº 12.842/2013, a resultar potencial exercício ilegal da medicina. Ressalte-se que da leitura e interpretação da Lei nº. 3.820/1960, a qual cria os Conselhos de Farmácia, **não se extrai nenhum dispositivo que atribua poderes ao Conselho de Farmácia para ampliar a competência dos profissionais farmacêuticos,** de forma a autorizar a prescrição de medicamentos tarjados, tampouco a invasão de atos médicos.

Nesse contexto, tem-se clara ilegalidade cometida pelo Conselho Federal de Farmácia CFF, em face da Lei nº 12.842/2013, ao editar a Resolução CFF nº 5/2025 que autoriza os farmacêuticos a **renovar prescrições previamente emitidas por outros profissionais de saúde,** e também a **prescrever medicamentos em atendimento à pessoa sob risco de morte iminente; de autorizar a seu alvedrio a prescrição de medicamentos categorizados sob prescrição médica quando contemplado em resoluções específicas do Conselho Federal de Farmácia., e a prescrever medicamentos e produtos com finalidade específica para área de atuação estética, incluindo os de venda sob prescrição médica.**

De igual modo, tem-se patente ilegalidade da Resolução CFF nº 5/2025 ao autorizar que os profissionais farmacêuticos promovam a **realização, solicitação, interpretação ou verificação de exames para avaliação da efetividade do tratamento e a segurança do paciente, assim como a atuarem na avaliação de problemas no processo de uso de medicamentos, incluindo a prescrição, dispensação, administração e adesão, qualidade do**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

medicamento e monitorização, além de fazer intervenções em saúde, incluindo aconselhamento e orientação ao paciente, solicitação de exames laboratoriais, monitoramento laboratorial, não laboratorial ou automonitoramento, encaminhamentos para outros profissionais e serviços, provisão de materiais ao paciente.

Também se constata violação à lei (Lei nº 12.842/2013) pela norma infralegal instituída na Resolução CFF nº 5/2025 ao autorizar profissionais farmacêuticos que realizem o acompanhamento de resultados, desfechos em saúde e qualidade de vida dos pacientes, bem como à orientação e o acompanhamento de pacientes nos processos de promoção, prevenção, recuperação, reabilitação e manejo de condições de saúde, e ainda, a que farmacêuticos atuem em serviços clínicos e intervenham em benefício da saúde dos cidadãos e de grupos populacionais; e que conduzam o processo semiológico, com os objetivos de Rastrear, identificar e avaliar as necessidades do paciente para tomada de decisões e condutas clínicas; sob pífio ilação de assegurar o cumprimento das recomendações atualizadas de saúde, baseadas em evidências científicas, e no uso racional de medicamentos.

Além disso, em manifesta violação à indigitada Lei do Ato Médico, observa-se que a Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho de Farmácia, inadvertido, autoriza aos profissionais **farmacêuticos** a realizarem manejo de possíveis intercorrências relativas aos procedimentos terapêuticos ou intervenções em saúde; realizar o manejo de problemas de saúde autolimitados e a realizar o manejo de condições crônicas de saúde; realizar o manejo inicial de urgências e emergências, com posterior encaminhamento a serviços de saúde adequados.

Ademais, estabelece, ilegitimamente, que são atribuições do farmacêutico no processo semiológico: realizar a anamnese farmacêutica, contemplando as estratégias de comunicação verbal e não verbal; identificar o uso atual e prévio de medicamentos, incluindo medicamentos sob prescrição, isentos de prescrição, suplementos alimentares, plantas medicinais e outras práticas integrativas e complementares, automedicação, vacinas, bem como hábitos de vida a fim de identificar e manejar possíveis problemas da farmacoterapia; **avaliação de sinais e sintomas**, e a proceder exame físico e mental para rastreamento e acompanhamento em saúde; avaliar o estado clínico atual de cada condição de saúde; solicitar, realizar e interpretar exames laboratoriais, testes rápidos, testes laboratoriais remotos, contribuindo para o rastreamento em saúde, monitoramento farmacoterapêutico e a tomada de decisões clínicas fundamentadas; e elaborar, participar e implementar planos de cuidado, específicos para cada paciente.

Imiscuindo-se insidiosamente nos atos privativos dos profissionais da medicina, a Resolução CFF nº 5/2025 assinala que **cabe ao farmacêutico: Prescrever, adicionar, substituir, interromper e administrar medicamentos, nas diferentes formas farmacêuticas e vias de administração, suplementos alimentares e plantas medicinais, além do poder, subjetivamente considerado de se recusar a dispensar, executar ou autorizar prescrições**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ilegíveis, que contenham erros de qualquer tipo, ou que estejam fora do preconizado por evidências científicas e sem justificativa plausível documentada emitida pelo profissional prescritor, os quais possam colocar em risco a saúde e a vida do cidadão; de suspender medicamentos que estejam colocando ou potencialmente colocando em risco a vida do paciente; a prescrever e administrar medicamentos e outras terapias no atendimento a pacientes sob risco de morte iminente; e também, Prescrever e administrar medicamentos no atendimento à intercorrências relativas às intervenções terapêuticas ou intervenções em saúde; prescrever e realizar procedimentos terapêuticos e intervenções em saúde, de acordo com as áreas de atuação regulamentadas pelo conselho; selecionar e utilizar dispositivos em saúde (máquinas, insumos, equipamentos etc.) usados em procedimentos em saúde.

Todas essas normas assim dispostas na Resolução CFF nº 5/2025 evidenciam a violação à Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013), segundo a qual:

Art. 2º O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com o melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Parágrafo único. O médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde para:

I - a promoção, a proteção e a recuperação da saúde;

II - a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças;

III - a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiências.

Art. 3º O médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem.

Art. 4º São atividades privadas do médico:

II - indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;

III - indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias;

IV - intubação traqueal;

V - coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva, bem como das mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas, e do programa de interrupção da ventilação mecânica invasiva, incluindo a desintubação traqueal;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

VI - execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral;

VII - emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos;

X - determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico;

XI - indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde;

XII - realização de perícia médica e exames médico-legais, excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular;

XIII - atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas;

XIV - atestação do óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.

§ 1º Diagnóstico nosológico é a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios:

I - agente etiológico reconhecido;

II - grupo identificável de sinais ou sintomas;

III - alterações anatômicas ou psicopatológicas.

§ 3º As doenças, para os efeitos desta Lei, encontram-se referenciadas na versão atualizada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

§ 4º Procedimentos invasivos, para os efeitos desta Lei, são os caracterizados por quaisquer das seguintes situações:

III - invasão dos orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos.

(...)

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação.

§ 7º O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Afora os profissionais de medicina, no Brasil somente outras três classes profissionais detêm atribuição **legal** para a prescrição de medicamentos e/ou à realização de procedimentos análogos aos da medicina, cada qual, obviamente, nos limites de sua atuação profissional, como indicado no § 6º acima transcrito. Assim, apenas são permitidos prescrever medicamentos os médicos, os cirurgiões dentistas e médicos veterinários.

Nesse contexto, não existe juridicamente a competência regulamentar que o Réu (Conselho Federal de Farmácia), ilegalmente, intenta atribuir a si. Destaque-se, aqui, que a inteligência que confere ao vocábulo "**competência**" consiste em restrição, e não de liberdade, a exemplo da competência atribuída aos órgãos judiciais como limite ao exercício da jurisdição; competência tributária como limite à atividade tributante do Estado; e competência regulamentar como limitação ao poder normativo estatal, mormente das pessoas jurídicas de direito público interno.

Logo, os poderes atribuídos ao Conselho Federal de Farmácia – CFF, pela Lei nº 3.820/1960 não se revelam aptos a alicerçar a regulamentação que Réu editou por meio da sua Resolução CFF n.º 5/2025, razão pela qual os vícios formais antes assinalados são, por si sós, suficientes a embasar as postulações formuladas na presente Ação Civil Pública, sem embargos da identificação de profusas máculas de índole substancial, a seguir explanadas.

3.5 – DO VÍCIO MATERIAL POR AMEAÇA À SEGURANÇA JURÍDICA EM SEU ÂMBITO DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Certo é que uma das funções a ser desempenhada pela legislação positivada é conferir segurança jurídica àqueles que a tal se subordinam. Corolário do Estado de Direito, em **que as decisões estatais não de se embasar na estrita legalidade**, ressoa a pretensão positivista de conferir segurança jurídica aos sujeitos de direito, por meio de leis prévias, claras e inequívocas que ditem o conteúdo das relações jurídicas.

Nessa perspectiva, o texto constitucional vigente adota a segurança jurídica como princípio vetor da atividade normativa estatal, cognoscível em seu artigo 5º, *caput* e inciso XXXVI, e 37, *caput*. Subjacente à cláusula que se volta às situações jurídicas consolidadas no passado, também se encontra o dever de o Estado, ao normatizar aspectos da vida social, fazê-lo com exatidão, clareza e objetividade. **Busca-se, assim, que os destinatários da norma estejam seguros quanto ao seu conteúdo, evitando-se indevidas surpresas hermenêuticas ou autoritarismos dos que dizem interpretá-la e aplicá-la.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Fixadas as premissas teóricas de argumentação, convém retornar a atenção à regulamentação **inconstitucional e ilegal** que maculam a Resolução CFF n.º 5/2025, uma vez que essa **regulamentação**, a pretexto de garantir segurança jurídica à prática de prescrição de medicamentos e outros procedimentos a encargo de farmacêuticos, **na realidade intenta a violação às normas de proteção e confiança que as pessoas têm com o sistema público e privado de saúde**, gerando na população a falsa expectativa de que **poderá ser submetida à anamneses e tratamento sobre as doenças que as afligem em consultas realizadas no interior de farmácias, locais que não dispõem de estrutura para realização de exames e procedimentos necessários ao pronto-reestabelecimento da saúde em situações normais, muito menos em emergências de perigo à saúde.**

A citada Resolução CFF n.º 5/2025 visa permitir que farmácias atuem como verdadeiros consultórios para realização de anamneses e definição de diagnósticos, o que, com absoluta certeza, **prejudicará a parte mais fraca dessa relação, ou seja, o paciente**, que buscará a solução para a sua enfermidade **diretamente na farmácia**, lugar **inadequado e com profissional que não tem preparo técnico médico para tanto.**

Corre-se o risco insofismável **de se criar cultura popular de se buscar apoio médico-hospitalar em farmácias**, pois decerto que o cidadão não tem informações adequadas e necessárias, e assim, **erroneamente acreditará que agora o farmacêutico ostenta habilitação para prescrever os medicamentos, inclusive os medicamentos tarjados, bem como a identificar doenças, indicar tratamentos, e, por fim, supostamente aptos ao pronto reestabelecimento da saúde à pessoa enferma.**

Juntando-se a isso, é, no mínimo, falaciosa e produtora de caos social a conduta do Réu que, por ocasião da publicação da norma impugnada, dia 20/02/2025 noticiou em sua página de *internet* (documento anexo) a informação de que doravante os farmacêuticos estão autorizados a prescrever medicamentos, inclusive tarjados, além de atuarem noutros procedimentos em saúde, mas cuja atividade está em desacordo com a Lei n.º 12.842/2013, ocorrendo desastrosa tentativa de legitimar situação de completa ilegalidade. A seguir transcrevem-se trechos de notícia publicada pelo Conselho Federal de Farmácia:

Farmacêuticos estão respaldados para prescrever medicamentos categorizados como tarjados Resolução aprovada nesta quinta-feira (20.02) representa um marco para a categoria.

Por Comunicação CFF 20/02/2025 (<https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/20/02/2025/farmacuticos-estao-respaldados-para-prescrever-medicamentos-categorizados-como-tarjados>).





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Resolução aprovada pelo plenário do Conselho Federal de Farmácia (CFF), nesta quinta-feira (20.02), respalda oficialmente o farmacêutico a prescrever medicamentos categorizados como tarjados. O regulamento dispõe sobre o ato profissional de estabelecer o perfil farmacoterapêutico no acompanhamento sistemático do paciente e representa mais um grande avanço para a categoria.

“A autoridade do farmacêutico na prescrição de medicamentos fica definitivamente resguardada com a aprovação dessa resolução pelo plenário. Sem dúvida, ela representa um grande avanço para a profissão e solidifica ainda mais a presença do farmacêutico no cuidado à saúde da população”, comemorou o presidente do CFF, Walter Jorge João.

O texto foi apresentado aos conselheiros pelos farmacêuticos clínicos Wallace Bottacin e Walleri Reis, denominados pelo presidente para trabalhar a proposta. “A prescrição de medicamentos de venda ‘sob prescrição’ sempre foi uma competência do farmacêutico. Inclusive, isso é definido nas últimas diretrizes curriculares nacionais de 2017. Lá está previsto, pelo Ministério da Educação, o que todos os cursos de farmácia devem seguir e consta, diversas vezes, que o farmacêutico deve ser formado com competência em prescrições farmacológicas”, esclarece Wallace Bottacin.

Além disso, a Lei 13.021/2014 prevê, em seu artigo 13º, inciso 5º, que é obrigação do farmacêutico estabelecer o perfil farmacoterapêutico do paciente. De acordo com Wallace, a única forma de um farmacêutico estabelecer o perfil farmacoterapêutico do paciente para construir os planos de cuidado é através da operacionalização, ou seja, da prescrição farmacêutica. “Nossa resolução garante que o farmacêutico prescreva medicamentos tarjados, além dos de venda livre, que já são passíveis de prescrição há bastante tempo. A partir de agora, passamos a ter uma solidez maior, fundamentada na Lei Federal 13.021/2014 e alinhada a todo o contexto histórico da profissão”, complementa o especialista.

O conteúdo desta resolução destaca a importância de outra resolução também aprovada nesta quinta-feira, que institui o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) para farmacêuticos. A medida busca reconhecer formalmente a qualificação dos profissionais em suas respectivas áreas de especialização. “As duas regulamentações estão interligadas, já que as atribuições do farmacêutico na prescrição de tarjados está condicionada ao RQE de farmácia clínica, de farmácia estética, de tricologia e também dispositivos importantes que garantem essa prescrição no Sistema Único de Saúde, em cenários aplicados”.

Ademais da ilegalidade em relação à Lei nº 12.842/2013, o Conselho Federal de Farmácia aplica **convenientemente errônea interpretação da Lei nº 13.021/2014**, que “dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas”, pois da leitura do artigo 13 e seus incisos, **não se constata a autorização dessa referida Lei para que os profissionais farmacêuticos prescrevam medicamentos, inclusive tarjados, tampouco os autoriza a exercerem atividades privativas dos médicos**, senão vejamos:





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Art. 13. Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a:

I - notificar os profissionais de saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial, dos efeitos colaterais, das reações adversas, das intoxicações, voluntárias ou não, e da farmacodependência observados e registrados na prática da farmacovigilância;

II - organizar e manter cadastro atualizado com dados técnico-científicos das drogas, fármacos e medicamentos disponíveis na farmácia;

III - proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais, de natureza pública ou privada;

IV - estabelecer protocolos de vigilância farmacológica de medicamentos, produtos farmacêuticos e correlatos, visando a assegurar o seu uso racionalizado, a sua segurança e a sua eficácia terapêutica;

V - estabelecer o perfil farmacoterapêutico no acompanhamento sistemático do paciente, mediante elaboração, preenchimento e interpretação de fichas farmacoterapêuticas;

VI - prestar orientação farmacêutica, com vistas a esclarecer ao paciente a relação benefício e risco, a conservação e a utilização de fármacos e medicamentos inerentes à terapia, bem como as suas interações medicamentosas e a importância do seu correto manuseio.

Também da leitura do artigo 14 da Lei nº 13.021/2014, igualmente incluído na Seção II, que trata "*Das Responsabilidades*" de farmácias e farmacêuticos, ao dispor que "***Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos, visando a garantir a eficácia e a segurança da terapêutica prescrita, observar os aspectos técnicos e legais do receituário***", **não se constata a autorização na citada Lei para que os profissionais farmacêuticos prescrevam medicamentos, inclusive tarjados, muito menos para a autorizar aos farmacêuticos a exercerem atividades privativas dos profissionais da medicina.**

Portanto, mostra-se inteiramente descabida a interpretação que o Conselho Federal de Farmácia quer, a seu talante, dar aos ditames da Lei 13.021/2014, a qual **não autoriza que o Conselho de Farmácia, violando completamente o Estado de Direito brasileiro, atribua por meio da Resolução CFF nº 5/2025 tais competências aos profissionais submetidos à sua jurisdição administrativa.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Logo, vistas as incompatibilidades normativas aqui apontadas, por destroçarem as estruturas básicas da segurança jurídica e de segurança à saúde pública e privada no Brasil, tem-se maculada de inconstitucionalidade e de ilegalidade a Resolução CFF n.º 5/2025.

3.6 – DO POTENCIAL LESIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

No caso, deve ser feita uma análise mais aprofundada da situação, aferindo-se também a finalidade precípua de todo o sistema público e privado de atendimento médico que é justamente dar primazia ao direito fundamental à saúde, conforme preconizado no artigo 196 da Constituição Federal, que diz ser a saúde direito de todos e dever do Estado.

Nesse sentido, o Estado Social e Democrático de Direito deve efetivar, concretizar e conformar as prerrogativas insertas nas cláusulas protetoras dos direitos mais relevantes à pessoa humana, dentre os quais se encontra o direito à saúde, não se podendo admitir um esvaziamento do conteúdo normativo constitucional.

Corroborando tais assertivas, cabe indicar jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no que se refere à garantia do direito à saúde, a saber:

"Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que, embora o art. 196 da Constituição de 1988 traga norma de caráter programático, o Município não pode furtar-se do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, de tratamento médico adequado, é dever solidário da União, do Estado e do Município providenciá-lo." (AI 550.530-AgR, Relator Ministro Joaquim Barbosa, julgamento em 26-6-2012, Segunda Turma, DJE de 16-8-2012).

"O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço." (AI 734.487-AgR, Relatora Ministra Ellen Gracie, julgamento em 3-8-2010, Segunda Turma, DJE de 20-8-2010.) Vide: RE 436.996-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, julgamento em 22-11-2005, Segunda Turma, DJ de 3-2-2006; RE 271.286-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, julgamento em 12-9-2000, Segunda Turma, DJ de 24-11-2000).

"O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular – e implementar – políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

assistência farmacêutica e médico-hospitalar. O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A interpretação da norma programática não pode transformá-la em promessa constitucional inconsequente. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro – não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. (...) O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/Aids, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF." (RE 271.286-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, julgamento em 12-9-2000, Segunda Turma, DJ de 24-11-2000.) No mesmo sentido: AI 550.530-AgR, Relator Ministro Joaquim Barbosa, julgamento em 26-6-2012, Segunda Turma, DJE de 16-8-2012; RE 368.564, Relator para o acórdão Ministro Marco Aurélio, julgamento em 13-4-2011, Primeira Turma, DJE de 10-8-2011; STA 175-AgR, Relator Ministro Presidente Gilmar Mendes, julgamento em 17-3-2010, Plenário, DJE de 30-4-2010. Vide: AI 734.487-AgR, Relatora Ministra Ellen Gracie, julgamento em 3-8-2010, Segunda Turma, DJE de 20-8-2010).

De se ressaltar que a conduta do Conselho Federal de Farmácia, ora Réu, ao editar a Resolução CFF nº 5/2025, similar a já declarada ilegal e inconstitucional Resolução CFF 586/2013 por meio já referida sentença proferida pelo MM. Juízo da 17ª Vara Federal da SJDF, ao autorizar que os farmacêuticos prescrevam medicamentos, inclusive medicamentos tarjados, além da autorização para exercerem atividades médicas, sem permissão legal e desprovidos de qualquer comprovação de competência técnico-científica para tais atividades, **simples e ilicitamente, desconsidera a proteção à saúde que a Constituição da República eleva à categoria de direito fundamental.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Não há necessidade de maior esforço argumentativo para demonstrar que a atividade de prescrever medicamentos e o exercício ilegal da medicina revelam-se lesivos à saúde da população quando desempenhada por profissionais que não têm habilitação e conhecimento para tais práticas. O farmacêutico pode até ser um profundo conhecedor da composição química dos medicamentos, **mas não tem os conhecimentos médicos** necessários para a realização de anamneses, diagnóstico de doenças e indicação de tratamentos e de outros procedimentos médicos típicos e correlatos.

Nesse sentido, deve ficar claro ao Conselho Federal de Farmácia que o limite da interpretação é a Lei formal, de modo que o Réu não pode extrapolar por completo sua função regulamentar ao criar situação jurídica que autorize o farmacêutico a prescrever medicamentos, quando, em verdade, somente detém conhecimentos para interpretar e avaliar prescrições, as quais somente podem e devem ser realizadas pelo médico.

No entendimento do Autor (CFM), a interpretação de sinais e sintomas de doenças, deduzindo o farmacêutico tratar-se de transtorno menor ou nos limites da atenção básica à saúde, tal como se infere autorizadas pela Resolução CFF nº 5/2025, configura patente risco às pessoas adoentadas e necessitadas de atendimento médico-hospitalar, sendo certo que a não atuação do profissional da medicina, resultará ainda mais agravado o problema dos serviços de saúde pública e privada, potencializando o aumento de mortes.

O Conselho Federal de Medicina entende que apesar de aparentemente simples, uma dor de cabeça, por exemplo, pode ser o sintoma de um problema mais grave, como o acidente vascular cerebral, mostrando-se mais seguro que o paciente seja atendido por um médico, e não por um profissional farmacêutico, que mesmo conhecendo da composição química dos medicamentos, não tem preparado acadêmico técnico-médico para diagnosticar doenças e prestar o atendimento necessário, sobretudo aqueles que requerem urgência.

Portanto, levando em conta o princípio da unidade da Constituição, o qual define que o texto constitucional deve ser interpretado como um todo em que não há antinomias, deve-se ressaltar que a saúde, além de constituir direito fundamental inerente a todo ser humano, representa uma prerrogativa indissociável do direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/1988), bem como do princípio da dignidade humana, de modo **que a regulamentação promovida pelo Conselho de Farmácia reveste de inegável lesividade à saúde da população, eis que os farmacêuticos não têm os conhecimentos técnico-científicos** necessários para identificação de doenças, definição de tratamentos e **prescrição de medicamentos**, incluídos os tarjados, que são prescritos com receita médica.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.7 – DO POTENCIAL LESIVO AO SISTEMA DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

Deve-se informar, ainda, **que a Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia perpetra lesividade ao sistema de proteção do consumidor**, nos termos em que definido no artigo 5º, inciso XXXII, c/c o disposto no artigo 170, inciso V, da Constituição Federal, dispositivos esses que impõem ao Estado a defesa do consumidor.

Os farmacêuticos, farmácias, drogarias e a indústria de medicamentos estão vinculados por mútua necessidade, pois aqueles efetivamente oferecem suporte à análise química e venda dos medicamentos e a indústria os desenvolve e comercializa.

A interação se mostra muito íntima e complexa porque há interesses envolvidos, inclusive financeiros, que podem vir a comprometer a independência dos farmacêuticos na busca dessa ilegítima atribuição de atividades para realizar prescrições de medicamentos e prática de atos privativos de médicos, em detrimento da inequívoca responsabilidade de atuação conforme a Lei, de modo seguro, eficaz, de menor custo e baseado em julgamento clínico imparcial e científico, o que hoje somente é exercido pelo profissional médico, que normativamente deve basear sua conduta ética, mantendo-se equidistante de interesses outros, e não macular sua independência do exercício da profissão médica.

Assim, os critérios éticos relevantes que permeiam as relações entre a indústria farmacêutica, as drogarias e os profissionais farmacêuticos na sua atuação funcional pela simples razão de que o poder de realizar prescrições e prestar outros atendimentos em saúde pode ser influenciado diretamente por fatores não relacionados à evidência científica, em face da intromissão, nesse âmbito, de interesse secundário.

Pode-se classificar como intromissão o interesse da indústria em vender mais o seu produto, visando o lucro, o que vai de encontro à utilização de técnicas científicas médicas fundadas exclusivamente no melhor interesse do paciente.

É evidente que tais conflitos dizem respeito primariamente aos cidadãos (consumidores) em geral, tendo em vista a manifesta possibilidade de serem afetados pelas consequências últimas deletérias dessas interações ilegítimas.

É simplesmente desprovido de qualquer razoabilidade ter um profissional responsável pela gestão da farmácia e que também terá atribuições para prescrever medicamentos e atuar em outros atendimentos à saúde. Logo, afigura-se necessário manter a garantia à população brasileira, de que não receberá prescrição de medicamentos que não sejam desnecessários às suas enfermidades.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Esse é o motivo básico pelo qual o Conselho Federal de Medicina entende que o profissional da medicina não pode exercer simultaneamente a medicina e a farmácia. No entanto, como se infere da edição da Resolução CFF nº 5/2025, o entendimento do Conselho de Farmácia mostra-se no sentido contrário, ou seja, **que o farmacêutico será o responsável direto tanto pela prescrição quanto pela venda do medicamento.**

Desse modo, fica claro que não haverá independência absoluta do farmacêutico na realização de suas prescrições e dos atendimentos que ilegitimamente venha a praticar. Evidentemente, o paciente-cidadão deve ter resguardado o seu direito de receber prescrições adequadas à sua doença, livre de qualquer outra intromissão no julgamento clínico do médico que o assiste, colocando em segundo plano a melhor evidência científica.

A indigitada Resolução CFF nº 5/2025 favorece a perpetração de sério risco de que os laboratórios farmacêuticos e drogarias em geral, em sua maioria empregadores dos farmacêuticos, induzam tais profissionais a prescreverem de forma indiscriminada medicamentos, pois tal conduta terá reflexo direto no lucro obtido por tais empresas.

Decerto que os farmacêuticos não estarão alheios às pressões exercidas por seus empregadores, drogarias e indústrias farmacêuticas, as quais, por óbvio, visam prioritariamente lucro gerado pela venda de medicamentos, e não os cuidados aos pacientes.

É, no mínimo, destituído de qualquer ética permitir que o farmacêutico, empregado e/ou até mesmo proprietário de farmácias e drogarias, possam prescrever medicamentos e prestar atendimento médicos diretamente aos pacientes-consumidores, porquanto constitui-se paradoxo inafastável entre o livre exercício da profissão e a finalidade lucrativa que a medida visa dar ensejo.

Nesse sentido, o próprio Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) proíbe que os profissionais médicos exerçam sua profissão valendo-se de artifícios espúrios, como o conluio e a obtenção de vantagens em razão de farmácias e indústrias farmacêuticas, tudo em detrimento da saúde do paciente. Para melhor compreensão, transcreve-se os artigos 68 e 69 do Código de Ética Médica correlatos, nos seguintes termos:

Art. 68. Exercer a profissão com interação ou dependência de farmácia, indústria farmacêutica, óptica ou qualquer organização destinada à fabricação, manipulação, promoção ou comercialização de produtos de prescrição médica, qualquer que seja sua natureza.

Art. 69. Exercer simultaneamente a medicina e a farmácia ou obter vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela prescrição e/ou comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza, cuja compra decorra de influência direta em virtude de sua atividade profissional.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Nota-se, portanto, os notórios vícios de ilegalidade na Resolução n.º 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, a qual promoveu regulamentação indevida da profissão farmacêutica, criando situação fática e jurídica incompatíveis com a ética profissional, eis que caracteriza paradoxo inafastável entre o livre exercício da profissão e a finalidade lucrativa que a medida visa levar a efeito, tudo em detrimento da saúde da população, e, mais especificamente do consumidor, que se dirige ao balcão da farmácia ou drogaria **e, agora, poderá ser cooptado a adquirir medicamentos desnecessários e geradores de lesividade à sua saúde, em vista dos efeitos colaterais ou mesmo por estarem mascarando hipótese de doença mais grave que só o médico detém conhecimento e aptidão para diagnosticar.**

3.8 – DA COMPETÊNCIA LEGAL DO MÉDICO DEFINIDA PELA LEI N.º 12.482/2013 (LEI DO ATO MÉDICO) EM DETRIMENTO DE OUTRAS PROFISSÕES

Vivemos em um estado democrático de direito, em que **o princípio da legalidade objetiva é um balizador da atuação da Administração Pública. Assim, a lei, em sentido estrito, sempre será o mestre guia e delimitador da atuação profissional**, seja qual o for. Portanto, por maiores que sejam os objetivos profissionais de determinada classe, **é a LEI que delimita o campo de atuação profissional.**

Nesse sentido, a segunda parte do inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal estabelece a possibilidade da restrição legal da liberdade para o exercício de certas profissões, quando diz: *"é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"*.

Neste caso, a nossa Carta Magna faz referência às profissões que foram criadas por lei e em cujo diploma legal são estabelecidas as condições, prerrogativas e atribuições para o exercício dessas atividades.

Com o advento da Lei nº 12.842/2013, a chamada Lei do Ato Médico, toda e qualquer dúvida que existia em relação aos atos que podem ser realizados pelos profissionais da medicina foi dirimida, pois expressamente estabelecidos em lei, inclusive quais os atos privativos dessa atuação profissional.

O artigo 4º da citada lei traz várias disposições em seu bojo que definem as atividades privativas dos profissionais de medicina. Inicia-se, assim, pelas atividades privativas dos médicos, ou seja, **o reconhecimento expresso, em texto de LEI**, de que os atos a seguir descritos somente podem ser realizados por médicos(as) e mais nenhum outro profissional, na forma assim delineada:





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- a) indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;***
- b) indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias;***
- c) intubação traqueal;***
- d) coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva, bem como das mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas, e do programa de interrupção da ventilação mecânica invasiva, incluindo a desintubação traqueal;***
- e) execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral;***
- f) emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos;***
- g) determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico;***
- h) indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde;***
- i) realização de perícia médica e exames médico-legais, excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular;***
- j) atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas;***
- l) atestação do óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.***

Assim, tem-se notório que a indicação e execução da intervenção cirúrgica, a prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios e a indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias, somente podem ser realizados por profissionais com formação acadêmica e registro de médicos(as).

Anote-se que no Brasil, por ausência de lei, mas principalmente de fiscalização e bom senso, Conselhos como o de Biomedicina, Fisioterapia ou de Farmácia editam normativos que permitem a prática de procedimentos estéticos por seus profissionais, de modo que, com o advento da Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013), tem-se "um divisor de águas".

Ao definir de forma expressa que somente o profissional da medicina pode executar procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, efetivamente ressoa a vontade do legislador em proteger o cidadão de profissionais sem habilitação prevista em Lei para praticar atos para os quais não têm competência, seja no sentido *lato* ou estrito desse termo.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Uma última atribuição privativa do profissional médico que se mostra relevante citar, disposta no artigo 4º da Lei nº 12.842/2013, é a determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico. Prognóstico deve ser entendido como parecer do médico a respeito da evolução provável de uma doença. Esse raciocínio é lógico, pois como se tem demonstrado ao longo da fundamentos dessa petição inicial, o profissional que é competente para realizar o diagnóstico nosológico, será aquele com conhecimento acadêmico técnico para definir o prognóstico, este último, repita-se, ato privativo do médico.

Nessa linha de diagnóstico/prognóstico, essencial destacar que outro grande salto de qualidade legislativa foi feito a edição da Lei nº 12.842/2013, que enuncia a conceituação e a previsão de quem pode realizar o diagnóstico nosológico, o profissional da medicina.

O diagnóstico nosológico está estabelecido no §1º do artigo 4º da lei e é conceituado como *a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios: I - agente etiológico reconhecido; II - grupo identificável de sinais ou sintomas e III - alterações anatômicas ou psicopatológicas.*

Como alertado anteriormente, a Lei nº 12.842/2013 também responde quem é o profissional autorizado legalmente para a determinação do diagnóstico e do tratamento de doenças, em seu parágrafo único do artigo 2º, ao dispor que ***o médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde para: I - a promoção, a proteção e a recuperação da saúde; II - a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças e III - a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiências.***

Assim, nos dias atuais, fazendo uma pesquisa em toda a legislação pátria, é possível concluir que somente o profissional de medicina está legalmente habilitado para a realização de diagnóstico clínico nosológico. Repita-se, nenhuma outra profissão, seja qual for sua área de atuação, ligada ou não à saúde, detém em sua legislação regulamentadora a autorização expressa de realização do diagnóstico nosológico e para os inerentes procedimentos médicos.

Esta assertiva detém importância sem precedentes na regulamentação da profissão médica, eis que nunca houve dúvida sobre o fato de o médico ser o profissional competente para realizar o diagnóstico nosológico, que passa pela anamnese, exame clínico, requisição de exames complementares e definição de hipóteses diagnósticas.

O problema é que na ausência de lei específica, criou-se uma cultura, incitada pelas demais profissões da área da saúde, de que na inexistência de lei específica, qualquer profissional poderia realizar o diagnóstico nosológico.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O valor (e não preço) trazido pela Lei nº 12.842/2013 é a constatação irrefutável de que o profissional médico está autorizado legalmente, de forma expressa e inequívoca, a realizar o diagnóstico nosológico, não sendo mais possível alegar a inexistência de legislação que regulamente o tema.

É essencial ressaltar que a realização do diagnóstico nosológico não poderia ter figurado como atividade privativa do médico, pois sempre devem ser ressalvadas as competências dos odontólogos e dos médicos veterinários, em suas respectivas e competentes áreas de atuação, nos termos estabelecidas em lei.

Por conseguinte, adotando-se raciocínio lógico jurídico agregada à interpretação legal, e não só gramatical, como também teleológica-finalística, o simples fato da realização de diagnóstico nosológico não figurar como atividade privativa do médico, não é motivo suficiente e autorizador para que qualquer profissional realize esse diagnóstico.

Nesse sentido, somente o profissional de medicina, em razão das competências atribuídas por sua respectiva legislação, goza de autorização expressa de realização de diagnóstico nosológico, prescrição de medicamentos, inclusive os tarjados, além dos demais procedimentos privativos de médicos, conforme disposto na Lei nº 12.842/2013.

Logo, diante das premissas fáticas e jurídicas levantadas nas linhas precedentes, tem-se que os profissionais farmacêuticos não têm nenhuma legislação que os ampare na prescrição de medicamentos, dentre tais os tarjados, tampouco a realizarem atos privativos dos profissionais de medicina, razão pela qual, a regulamentação contida na Resolução CFF nº 5/2025 imposta pelo Conselho de Farmácia, revela-se violadora do regime jurídico, pois permite que um profissional destituído de conhecimento técnico-científico possa atuar na identificação de doenças e prescrever medicamentos, em franca violação aos preceitos legais e constitucionais que regulam a matéria de saúde.

4 – DA DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE

Vigora no ordenamento jurídico brasileiro, mormente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que ***No âmbito da ação civil pública, é possível a declaração incidental da inconstitucionalidade, quando a controvérsia constitucional não figura como pedido, mas como causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial da questão principal***, como se tem de exemplo citado no **REsp n. 855.181/SC**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 18/9/2009.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Nesse caso concreto, nota-se que a edição da Resolução CFF nº 5/2025 pelo Conselho Federal de Farmácia, configura não somente ilegalidade em relação aos dispositivos da Lei nº 12.842/2013, **mas também incide em patente violação ao disposto no inciso XIII do artigo 5º da Constituição da República**, conforme arguido ao longo desta inicial, eis que esse citado dispositivo constitucional determina que *"é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"*.

Logo, não pode nem deve se permitido que o Conselho Federal de Farmácia, por simples ato normativo seu, a Resolução CFF nº 5/2025, autorize que os profissionais com formação em farmácia possam executar atividades privativas dos médicos, porquanto indubitável que a Lei nº 12.842/2013 estabeleceu as **qualificações profissionais a serem atendidas** para o exercício da profissão médica, a demandar a declaração incidental de inconstitucionalidade da citada Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia.

Em razão disso, postula-se que a sentença de mérito também seja declarada a incidental inconstitucionalidade da Resolução CFF nº 5/2025, pois, embora a controvérsia instaurada na presente Ação Civil Pública não figure como pedido principal, relaciona-se imanente à causa de pedir, alusiva à nulidade do citado ato normativo editado pelo Conselho Federal de Farmácia, Réu na presente demanda.

5 – DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS À CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA

Enunciadas, como exposto nos tópicos precedentes, as pretensões desta demanda e o instrumento processual apto à sua concretização, cabem a partir deste ponto cuidar da necessidade e da adequação da concessão da tutela de urgência neste caso concreto.

De fato, sobreleva mencionar, em prol da realização do direito material objeto desta Ação Civil Pública, o cabimento da tutela de urgência, na forma prevista no artigo 300 do CPC, visando, assim, a efetividade aos sistemas **protetivos da saúde, do consumidor**, e, em última análise, do próprio regime normativo advindo da Constituição da República.

Para evidenciar a probabilidade do direito, destaca-se que houve cabalmente demonstrado ao longo desta peça processual, que a Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho de Farmácia, **ao permitir que os profissionais farmacêuticos promovam prescrição medicamentos, inclusive de medicamentos tarjados, assim como ao autorizar que os farmacêuticos realizem procedimentos que a Lei nº 12.842/2013 expressamente determina que são privativos dos profissionais da medicina** (médicos e médicas), **padece de flagrantes ilegalidades**, como se pode verificar dos seguintes fundamentos:





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- a) Em primeiro plano, tem-se a violação da exigência de regra legal para atribuição de competências potencialmente lesivas a determinada categoria, sem qualquer comprovação de proficiência técnica e científica que lhe permita desenvolver a atividade de prescritor de medicamentos, extrapolando, assim, o poder regulamentar que o Conselho de Farmácia detém para regular o exercício técnico e moral da profissão farmacêutica;
- b) No segundo ponto, tem-se o fato de que no Brasil somente três categorias profissionais possuem atribuição legal para prescrever medicamentos, cada qual, é claro **nos limites de sua atuação funcional**, quais sejam: os profissionais da medicina, da odontologia e da medicina veterinária;
- c) Em terceiro lugar, nota-se inegável que a Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho de Farmácia (Réu) é potencial causadora de lesão à segurança jurídica, pois há o claro e insofismável risco de criar cultura popular de se buscar apoio hospitalar, em farmácias e drogarias, sem a atuação do profissional da medicina, uma vez que é comum que o cidadão não detenha informações necessárias a respeito da formação dos profissionais que podem, conforme os ditames do ordenamento jurídico pátrio, a prestar os serviços de saúde, podendo chegar a entender que agora o farmacêutico tenha habilitação própria para identificar doenças, indicar tratamentos, e, por fim, prescrever os medicamentos necessários ao pronto reestabelecimento da saúde da pessoa enferma, porém em descompasso com a competência legal e conhecimento técnico-científico.
- d) Há, ainda, a constatação de que a **saúde**, além de configurar direito fundamental inerente a todo ser humano, representa uma prerrogativa indissociável do direito à vida (art. 5º, caput, da CRFB/1988), bem como do princípio da dignidade humana, **de modo que a reedição da norma promovida pelo Conselho Federal de Farmácia resulta extrema lesividade à saúde da população, eis que os farmacêuticos não têm os conhecimentos médicos e a estruturação necessários à identificação de doenças, definição de tratamento, tampouco "para prescrever medicamentos em atendimento à pessoa sob risco de morte iminente", muito menos para "Intervenções em saúde, incluindo aconselhamento e orientação ao paciente, solicitação de exames laboratoriais, monitoramento laboratorial, não laboratorial ou automonitoramento, encaminhamentos para outros profissionais e serviços"**.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- e) Seguindo a argumentação, verificam-se, também, os notórios vícios de ilegalidade na Resolução CFF n.º 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, ao promover normatização da atividade dos profissionais farmacêuticos, criando situação incompatível com a ética profissional, haja vista que de logo se verifica um paradoxo inafastável entre o livre exercício da profissão e a finalidade lucrativa que a medida visa obter, tudo **em detrimento da saúde da população e mais especificamente do consumidor que se dirige ao balcão da farmácia** e, agora, poderá ser cooptado a adquirir medicamentos desnecessários e geradores de lesão à saúde física e mental, tendo em vista os efeitos colaterais ou mesmo por estarem mascarando situação de doença mais grave que somente o médico tem conhecimento próprio para diagnosticar.
- f) Por derradeiro, tem-se a constatação de que o profissional farmacêutico, (diferentemente do profissional da medicina), não tem nenhum fundamento previsto em Lei para que possam realizar todos os procedimentos inerentes à profissão médica, tal como se nota antes transcrito o conteúdo da Resolução CFF n.º 5/2025, razão pela qual tal regulamentação, sem amparo legal, revela-se violadora do regime jurídico adotado no Brasil, pois permite um profissional sem o comprovado conhecimento técnico-científico da medicina possa atuar identificando doenças e a prescrever medicamentos, em violação à Lei n.º 12.842/2013 e demais preceitos legais, além de afrontar princípios e regras constitucionais nessa matéria.

Logo, diante de tais premissas, restou **satisfatoriamente demonstrada a probabilidade do direito** do autor, Conselho Federal de Medicina – CFM, notadamente diante da ilegítima atuação do Réu (Conselho Federal de Farmácia – CFF) ao exorbitar dos limites do poder regulamentar que a Lei n.º 3.820/1960 lhe confere, resultando a imposição de risco à segurança jurídica, à saúde pública, e aos direitos e interesse do consumidor brasileiro, bem como **patente violação ao princípio da legalidade**, que emana do disposto no artigo 5º, inciso II, e 37, *caput*, da Constituição da República.

No que concerne à **demonstração do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**, tem-se igualmente verificado neste caso concreto, pois, porventura postergada a tutela de urgência ora postulada, a vigência da Resolução CFF n.º 5/2025 além de **eliminar a validade e a eficácia da Lei n.º 12.842/2013 no plano fático**, estará também impondo, dia após dia, a falácia atinente à atribuição de prescrever medicamentos, inclusive os tarjados, bem como a realização de diversos procedimentos específicos de profissionais de medicina, ilegítima e indevidamente realizados por farmacêuticos, **o que se mostra manifestamente tanto perigoso quanto lesivo à saúde da população brasileira.**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Em paralelo, há, ainda, o pressuposto referente ao **justificado receio de ineficácia do provimento final** que se mostra cabalmente atendido, neste caso, sobretudo, à medida que, todos os dias, o réu impõe à população **Transparece, pois, que não é consentânea com a ordem jurídica pátria uma tutela jurisdicional demorada, que aniquile o objetivo buscado por meio desta ação, que é reestabelecer o estado de legalidade, de proteção da segurança jurídica, da saúde e da proteção do consumo, tudo fatalmente violado com a Resolução CFF n.º 586/13.**

Como se não bastasse, impõe-se adequado e necessário, também argumentar que o tempo, na presente controvérsia inimigo da Justiça, surge provocador dos males do retardamento do processo judicial e fator de extrema corrosão do direito. Busca-se, assim, obter tutela de urgência a os efeitos lesivos de um arrastamento do processo por vários anos, impedindo que o Estado de Direito vigente no Brasil possa ser reestabelecido.

Repita-se a imperiosa necessidade da concessão da tutela de urgência pretendida, como instrumento de força normativa do ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse contexto das premissas fáticas e jurídicas aqui reveladas, denota-se de extrema relevância e assim demonstrados a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme disposto no artigo 300 do CPC, a autorizar a concessão de tutela de urgência, em especial neste caso concreto, que se mostra circunscrito ao sistema integrado da tutela coletiva advindo da Lei nº 7.347/1985, c/c o disposto nos artigos 81 a 83 da Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Postula-se, portanto, a concessão da tutela de urgência, a fim de que o MM. Juízo Federal **determine a imediata suspensão dos efeitos da Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia – CFF**, bem como a **determinar que o Réu (CFF) abstenha-se de expedir novo ato normativo com matéria análoga** à disposta na Resolução CFF nº 5/2025, até ulterior decisão judicial transitada em julgado, sob pena de multa a ser arbitrada pelo magistrado, nos termos do artigo 537, § 4º, do CPC.

Por conseguinte, afigura-se adequado e necessário **que seja determinado ao Réu (CFF) a dar ampla publicidade da decisão judicial** por meio de sua página na rede mundial de computadores (internet) e demais meios de comunicação institucionais sobre o conteúdo da decisão judicial, também sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, contados desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão, devendo incidir enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6 – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Conselho Federal de Medicina – CFM, requer:

- a) que seja concedida a tutela de urgência, inalterada altera pars,** pelo MM. Juízo Federal, **para determinar a imediata suspensão dos efeitos da Resolução CFF nº 5/2025** do Conselho Federal de Farmácia, e também **determinar que o Réu (CFF) abstenha-se de expedir novo ato normativo com matéria análoga** à disposta na Resolução CFF nº 5/2025, até ulterior decisão judicial transitada em julgado, sob pena de multa a ser arbitrada pelo magistrado, nos termos do artigo 537, § 4º, do CPC;
- b) também em tutela de urgência,** pede-se que **seja determinado ao Réu (CFF) a dar ampla publicidade sobre o conteúdo da referida decisão judicial** por meio de sua página na rede mundial de computadores (*internet*) e demais meios de comunicação institucionais, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, contando-se desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidindo enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado;
- c)** posteriormente, seja determinada a citação do Conselho Federal de Farmácia – CFF, ora Réu, para, caso queira e no prazo legal, ofereça resposta, sob pena de revelia e confissão, com as demais cominações previstas em lei;
- d)** a notificação do Ministério Público Federal, para defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis alusivos à violação ao direito à saúde da população brasileira, diante das ilegalidades apontadas;
- e) no mérito,** requer seja **decretada vedação a que os farmacêuticos realizem atos materiais** com base citada Resolução CFF nº 5/2025, porquanto manifestamente ilegal, conforme comprovado nestes autos;
- f) também no mérito,** que seja **declarada a ilegalidade** da Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, e, por conseguinte, seja **decretada a nulidade** desse referido ato normativo, e que o Réu (CFF) **promova ampla publicidade sobre o dispositivo da sentença** por meio de sua página na rede mundial de computadores e demais meios de comunicação institucionais, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do artigo 537, § 4º, do CPC;
- g) ainda no mérito,** requer declaração incidental de inconstitucionalidade da Resolução CFF nº 5/2025 do Conselho Federal de Farmácia, eis que, embora a controvérsia instaurada na presente Ação Civil Pública não figure como pedido principal, relaciona-se imanente à causa de pedir, alusiva às ilegalidade e inconstitucionalidade do referido ato normativo do Réu;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- h)** A condenação do Réu (CFF) no pagamento das despesas processuais, e honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, §§ 8º e 8º-A, do CPC;
- i)** A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a documental e pericial, esta com oportuna apresentação dos quesitos.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília - DF, 20 de março de 2025.

José Francisco de Araújo
Advogado do CFM
OAB/DF nº 56.436

João Paulo Simões da Silva Rocha
Advogado do CFM
OAB/AM nº 5.549

Jose Alejandro Bullon
Advogado Chefe do CFM
OAB/DF nº 13.792

